



Eixo: Lei Federal nº 10639/03 e sua inclusão na pauta e prática bibliotecária.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS NA BIBLIOTECA ESCOLAR: O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03

Emily Oliveira Mendonça¹

Larissa Rosa de Oliveira²

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar é ambiente essencial no desenvolvimento social, cognitivo e intelectual do ser humano (COSTA, 2013). Além disso, trata-se de ambiente pedagógico, e, portanto, parte do direito à educação previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988).

Como tal, é espaço que demanda estrutura, recursos humanos e materiais e a presença de um bibliotecário como gestor de suas ações a serem desenvolvidas. Por sua relevância, tem como papel o incentivo à multiculturalidade, à diversidade de seus usuários, além de discutir questões que formem um cidadão consciente de seus deveres e direitos (SILVA, 2018), como as discussões referentes à temática racial e indígena (BRASIL, 2003).

Surge desse modo essa proposta de estudo, que apresenta o papel do bibliotecário em relação à essas discussões dentro do ambiente da biblioteca escolar, a partir de reflexões estabelecidas com base na Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003, que inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares de todo o país (BRASIL, 2003).

1.1 OBJETIVOS

Em termos gerais, objetiva discutir sobre a relevância de uma formação e desenvolvimento de acervos que contemple os dispostos na Lei 10.639/03 e sua consequente efetivação no ambiente da biblioteca escolar.

¹ Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG)

e-mail: emily.oliveiramo@hotmail.com

² Mestranda em Ensino na Educação Básica pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (PPGEEB-Cepae-UFG)

e-mail: larissa.nef@gmail.com

De forma específica, pretende:

- Tecer considerações sobre a importância da aplicação da Lei 10.639/03 nos acervos de bibliotecas escolares do país.
- Apontar a relevância do bibliotecário enquanto formador de leitores e seu papel na construção de uma educação antirracista.
- Discorrer sobre o papel da biblioteca escolar enquanto ferramenta pedagógica dentro das instituições de Educação Básica.

1.2 JUSTIFICATIVA

A pesquisa se justifica pela relevância da temática. O Brasil é um país repleto de desigualdades, cujo racismo tem origem desde a colonização do país, já que portugueses eram considerados “superiores” aos africanos(as) e indígenas, numa hierarquização baseada em critérios exploratórios e baseados na escravidão (ORTEGAL, 2018). O africano(a) e o indígena passaram a ser estereotipados, considerados inferiores e grande parte da sociedade ainda age com base nesses estereótipos oriundos da colonização.

Por isso se faz tão relevante a discussão sobre como um acervo pautado em histórias que valorizem o protagonismo negro e questionem sobre o racismo e o preconceito pode minorar essas questões. A biblioteca escolar como instituição formadora, que funcione como ambiente de aprendizagem e de fomento à leitura, é essencial para o estímulo à construção de uma educação antirracista, visto que ela também deve ser suporte informacional para a equipe pedagógica da escola. Dessa forma, um acervo que contempla a lei 10639/03 e a parceria biblioteca - sala de aula contribui para uma educação mais justa e igualitária e é por isso que esse estudo se faz pertinente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A biblioteca escolar tem papel central dentro de uma instituição de ensino, embora seja um espaço constantemente desvalorizado, com recursos limitados (MAROTO, 2012) e, em muitos casos, configure-se como um ambiente que não conta com um bibliotecário em seu quadro profissional.

Apesar dos percalços, vários são os estudos que comprovam o papel formador da biblioteca escolar (NÓBREGA, 2009; MAROTO, 2012; VIANA; PIERUCCINI, 2015) um espaço pedagógico, parte integrante da instituição estudantil, mas com um viés distinto (BRETAS, 2014), sendo considerado com uma espécie de laboratório, um centro de investigação e conhecimento (HILLESHEIM; FACHIN, 1999), tendo como um de seus objetivos o fomento ao acesso à informação e a “apropriação crítica e criativa da cultura da informação por crianças e jovens” (VIANA; PIERUCCINI, 2015, p. 130).

Do mesmo modo, a presença de um bibliotecário devidamente habilitado para a atuação dentro das bibliotecas escolares é essencial, sendo, inclusive, prevista a nível federal na Lei 12.244/2010, de 24 de maio de 2010 (BRASIL, 2010). Percebe-se, portanto, que a presença de profissional habilitado amplia as possibilidades de atuação dentro do ambiente formativo da biblioteca escolar, na expectativa de se criar cidadãos cônscios de seus direitos, deveres e atuantes no combate ao racismo e a desigualdade social.

Para isso, é essencial que o bibliotecário conheça as diretrizes legislativas em relação à biblioteca escolar, e, também, legislações que incentivem a discussão racial, como a Lei 10.639/03, que altera a “Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 2003), a partir de modificações no artigo 26-A, que passa a discutir sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira no país, afirmando, de forma específica que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...] (BRASIL, 2003).

Ressalta-se, porém, que em 2008 a lei 10.639/03 foi alterada pela Lei 11645/08, passando a incluir em seus dispostos a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Indígena no currículo escolar da educação básica. Ao conhecer essa lei e aplicá-la, o bibliotecário passa a atuar como agente da educação antirracista, estimulando discussões que valorizem o recorte racial e enfatizem a importância da população negra e indígena na construção da sociedade (SILVA; BERNADINO; SILVA, 2014).

E uma dessas possibilidades de atuação surge na própria formação e desenvolvimento de acervos, onde o bibliotecário pode inserir obras de temática racial, de autores negros, com protagonistas negros e que fomentem uma educação antirracista. De fato, mais do que não ser racista, é preciso que todos atuem para a construção de uma sociedade antirracista e que combata o preconceito (CAVALLEIRO, 2001; SANTOS, 2001; SANTOS, 2007).

A inexistência de um acervo que aborde as diversidades culturais e étnicas que compõe a sociedade brasileira favorece o perpetuamento do racismo e outras ações discriminatórias, contribuindo diretamente com a frustração e evasão escolar. Quando um estudante encontra na biblioteca um espaço que democrático, que representa a sua cultura e etnia, esse estudante se sente representado, o que gera um sentimento de pertencimento e acolhimento (FONTES, 2019).

Um acervo pautado nos conteúdos enfatizados pela Lei 10.639/03 permite aos estudantes conhecer obras que talvez jamais teriam acesso de outro modo (MUNANGA, 2008). Além disso, o uso da biblioteca escolar como espaço de discussão das questões raciais enfatiza seu papel formador e de ambiente pedagógico, ampliando as possibilidades de uma educação antirracista além da sala de aula (LIMA; CARDOSO, 2013).

3 METODOLOGIA

Em relação a seus procedimentos metodológicos, a pesquisa configura-se como qualitativa em relação à abordagem, visto que objetiva explicar o fenômeno que se estuda (GERHARDT; SILVEIRA, 2009) e fundamentada em pesquisa bibliográfica (SEVERINO, 2007) realizado em bases de dados e livros sobre a temática racial e o papel do bibliotecário e da Biblioteconomia como minimizadores do racismo. Além disso, configura-se como pesquisa documental, visto que se ocupa da análise de legislações e outros documentos referentes à temática estabelecida

Trata-se ainda de estudo descritivo, pois “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza” (VERGARA, 1998, p. 45). Apresenta como fundamentação principal a lei 10.639/03, o Manifesto IFLA/Unesco para as bibliotecas escolares e os estudos de Bretas (2014), Maroto (2012), Munanga (2008), Viana e Pieruccini (2015), Cavalleiro (2001) e Ortegal (2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Manifesto IFLA/Unesco para as bibliotecas escolares estabelece vários objetivos para a biblioteca escolar e seu desenvolvimento, dos quais destacamos três para fundamentação do estudo. São eles: a organização de atividades que fomentem a “tomada de consciência cultural e social”; a

essencialidade de se enxergar liberdade intelectual e acesso à informação como instrumento democrático e cidadão; e a promoção da leitura e atividades desenvolvidas pela biblioteca escolar à sua comunidade (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 2-3).

A partir desses três objetivos selecionados é possível discutir sobre as implicações da aplicação da Lei 10.639/03 dentro das bibliotecas escolares, pois os temas se entrelaçam. Ao se lutar pela relevância de uma formação e desenvolvimento de acervos pautadas em práticas antirracistas, estimula-se a “tomada de consciência cultural e social” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 2-3) sugerida pela IFLA/Unesco como objetivo da biblioteca escolar.

Do mesmo modo, quando se discute sobre a essencialidade do uso da informação e liberdade intelectual como ferramenta da democracia, garante-se também a aplicação da Lei 10.639/03, pois amplia os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes, incluindo-se como assunto a História e Cultura Afro-Brasileira e seu relevante papel na construção do país (BRASIL, 2003).

Por fim, quando pensamos no terceiro objetivo a ser analisado, novo enlace se faz possível. Ao promover a leitura e estabelecer ações culturais na biblioteca escolar de forma a discutir sobre racismo, apresentando autores negros, utilizando obras de recorte racial e, ao mesmo tempo, abranger a comunidade estudantil (alunos, professores, demais profissionais da instituição, pais...) aplica-se novamente os dispostos na Lei 10.639/03 (OLIVEIRA, 2019).

Percebe-se, portanto, que a aplicação dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira na formação e desenvolvimento de acervo na biblioteca escolar serve como instrumento na construção de uma educação antirracista, tendo como essencialidade a presença de um acervo que discuta sobre essa temática e que apresente autores e protagonistas negros (CAVALLEIRO, 2001; SANTOS, 2001; SANTOS, 2007).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país com tantas desigualdades, é impossível negar que a questão racial amplia as problemáticas e que o racismo é uma questão extremamente presente em nossa sociedade. É papel do bibliotecário e da biblioteca escolar atuarem como agentes na luta contra o racismo, em busca da construção de uma sociedade mais igualitária e de uma educação que seja, verdadeiramente, antirracista.

E, uma formação e desenvolvimento de acervos voltada para essas questões permite um primeiro passo nessa luta dentro do ambiente da biblioteca escolar. Com materiais que discutam essas questões e que enfatizem o protagonismo negro, é possível estabelecer novas ações de combate ao racismo, trabalhando a temática racial e indígena a partir de ações de práticas leitoras com toda a comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVES: Biblioteca escolar. Formação e desenvolvimento de acervos. Bibliotecário. Educação antirracista.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos especiais a nós, que continuamos no mundo da pesquisa científica mesmo com todos os revezes que esse desgoverno nos traz. E àqueles que nos dão forças pra seguir quando tudo parece impossível de segurar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Brasília, DF, jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei 12.244, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 24 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em 09 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de jul. 2021.

BRETTAS, Maria Luiza Batista. **Ler é preciso:** políticas de fomento à leitura, perspectivas e desafios. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2014.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação.** São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 151-160.

COSTA, Jéssica Fernandes. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem.** 2013. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FONTES, Sandra Regina. **Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis: olhares e percursos.** 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Sandra_Regina_Fontes_15840202631373_1438.pdf. Acesso em: 21 ago. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.) **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bories. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina,** Florianópolis, v. 4, n. 4, 1999.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar.** 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José-SC. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB.** 2013. p. 317-332.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabeng (Org.). **Superando o Racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2008.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. **No espelho, o trickster.** In: SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tânia M. K. **Mediação da leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores.** São Paulo: Global, 2009.

OLIVEIRA, Emily Mendonça. Práticas de leituras antirracistas na escola pública. 88f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação.** São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-113.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas.** Brasília. Universidade de Brasília, 2007. 554 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Cláudia Emídio; BERNADINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da. **História da Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares.** Ribeirão Preto: Revistas USP, 2014.

SILVA, Márcio Ferreira da. **Desafios contemporâneos à biblioteca escolar:** as representações à edificação das identidades. In: PIMENTA, Jussara Santos; HUBNER, Marcos Leandro Freitas; HENRIQUES, Hélder; SILVA, Márcio Ferreira da (orgs.). **Biblioteca escolar: memória, práticas e desafios.** Curitiba: CRV, 2018.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.8, n.2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/119694>. Acesso em: 29 jun. 2021.